

Entre um Bom Papo e um Café se Vende o Artesanato: representações sociais em um centro de comercialização da economia solidária

Layon Carlos Cezar ^{1,2†}

¹ Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, Brasil

² Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

Letícia Dias Fantinel ^{3,Ω}

³ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as representações sociais sobre a economia solidária, o trabalho e o artesanato, circulantes entre as artesãs do Centro de Comercialização de Economia Solidária do município de Cariacica-ES. Para isso, foram utilizadas a triangulação de técnicas de coleta de dados pautadas na observação não participante de inspiração etnográfica, entrevistas e pesquisa documental. Os principais resultados apontam para a valorização do artesanato enquanto terapia e não somente como trabalho, sendo a economia solidária o melhor formato apontado pelas artesãs, dada a possibilidade de se realizar a gestão compartilhada e a valorização do ser humano. A concepção de poder fazer algo com as mãos dita o ritmo de se produzir o artesanato, refletindo na forma de se realizar a gestão de modo particularizado, superando as dificuldades encontradas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Representações Sociais; Artesanato.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno, movimento ou ideologia conhecida como economia solidária vem se desdobrando ao longo dos anos a partir da geração de inúmeras possibilidades de trabalho e renda a diversos grupos que muitas vezes se encontram fora do mercado formal de trabalho e visualizam, nesse formato, possibilidades para recomeço da vida e reinserção em uma atividade produtiva. A lógica por trás desse movimento segue, ainda que inserida em um mercado capitalista, uma orientação pautada não na eficiência econômica ou eficácia operacional, mas na valorização do humano e do bem-estar coletivo (SINGER, 2002; GAIGER, 2009). No bojo desse movimento, o trabalho adquire conotação central, pois é a partir dele que as pessoas buscam espaços de visibilidade em quaisquer que sejam as atividades escolhidas. Dentre essas possibilidades, o artesanato se destaca como opção de produção a baixo custo e que pode trazer retornos aos artesãos e à comunidade local (BECKER, 1978). A busca por produzir algo a partir do trabalho manual, ainda que

Autor correspondente:

[†] Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, Brasil

[†] Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

E-mail: layoncezar@gmail.com

^Ω Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

E-mail: leticiafantinel@gmail.com

Recebido: 23/08/2017.

Revisado: 30/10/2017.

Aceito: 06/12/2017.

Publicado Online em: 26/06/2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2018.15.5.5>



represente uma atividade desvalorizada e invisível aos olhos de parte da sociedade, pode refletir em recompensas simbólicas aos artesãos, indo muito além do mero retorno financeiro.

A compreensão da economia solidária como elemento central para articulação de grupos marginalizados pelo capital (SINGER, 2002) leva à constituição de empreendimentos pautados na cooperação, autogestão e solidariedade, criando assim um terreno fértil para o desenvolvimento do trabalho artesanal. O conhecimento produzido não somente sobre os empreendimentos formados, mas também sobre as redes estabelecidas mediante parcerias de grupos com o mesmo perfil, merecem atenção especial, ao passo que a perspectiva de quem não está familiarizado com a organização pode mascarar elementos primordiais para a compreensão da dinâmica organizacional e da representação de importância para o grupo (MANCE, 2005).

No campo de Estudos Organizacionais (EO), alguns autores (e.g. SILVA; CARRIERI; JUNQUILHO, 2011; FIGUEIREDO; CAVEDON; SILVA, 2013; GUIMARÃES; FANTINEL, 2015; SARAIVA; SOARES; NATT, 2016) vêm mobilizando a Teoria das Representações Sociais (TRS) para o desvendamento dessas significações circulantes entre os membros de organizações. A articulação da TRS para a compreensão de contextos organizacionais, embora enseje algumas críticas, como o uso por vezes acrítico e instrumental da teoria, permite o entendimento de questões societais em particularidades que evidenciam processos sociais de construção e reconstrução do senso comum, indo além do aprisionamento em níveis de análise intra e interindividuais (MARTINS-SILVA et al, 2016).

A TRS possibilita, assim, saltar os muros das análises organizacionais ditas tradicionais e produzir saberes sobre diferentes formas organizativas a partir das construções simbólicas dos próprios participantes, descortinando e interpretando sentidos aparentemente contraditórios e ambíguos produzidos no seio organizacional, mas que compõem esse complexo caleidoscópio, que é o universo simbólico organizacional. Em especial, é importante destacar que a vertente culturalista mobilizada neste estudo alinha-se às perspectivas processual e interpretativista aqui adotadas em termos epistemológicos e metodológicos. Nesse sentido, entende-se que os grupos sociais desenvolvem compreensões inteligíveis de certos aspectos de sua realidade, produzidas e reproduzidas em seu cotidiano, por meio de processos de interação e comunicação social. Tais compreensões, ainda que manifestas individualmente, evidenciam perspectivas e formas de pensar que são comuns ao grupo, que forjam significados e dotam a vida cotidiana de sentidos que mudam com o tempo, em uma dinâmica complexa (SAMMUT et al, 2015).

Considerando-se o potencial compreensivo do uso da TRS na produção de conhecimento sobre realidades organizacionais, o objetivo deste artigo é apresentar as representações sociais circulantes entre as artesãs do Centro Público de Comercialização da Economia Solidária (CCES) do município de Cariacica-ES, sobre o trabalho realizado e sobre o movimento em que estão inseridas. A proposta do artigo é trazer à luz elementos relevantes ao campo dos EO que reflitam informações muitas vezes negligenciadas em perspectivas anteriores que não exploram o lado simbólico das organizações. Tal perspectiva justifica-se uma vez que a TRS ao valorizar o saber prático e o conhecimento produzido no lócus de quem o produz e reproduz vai ao encontro da proposta de amplificação das relações humanas desenvolvidas pela Economia Solidária. Partindo-se do princípio de que a Economia Solidária impulsiona a criação de inúmeras organizações que compartilham a proposta de gestão social e democrática, a compreensão de suas múltiplas realidades via TRS inaugura um caminho de investigação que visa preencher a lacuna científica sobre práticas de trabalho que se guiam em valores específicos, orientados em uma lógica para além da performance econômica.

2. APROXIMAÇÕES ENTRE A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO AO CAMPO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A Teoria das Representações Sociais surge com as contribuições de Serge Moscovici em 1961 com a proposta teórica de explicar e tecer subsídios sobre a realidade social a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo histórica e crítica. Alicerçadas na Psicologia Social, as contribuições de Moscovici (1978) inauguravam uma nova forma de pensar as relações sociais e as formas de produção e reprodução da realidade com base nos sistemas de conhecimento construídos coletivamente. Moscovici se afastava dos parâmetros tradicionais da Psicologia na época, trazendo à tona a concepção de representações sociais construídas a partir de objetivos diferentes, subsidiadas por duas formas responsáveis pela construção do universo particular: consensual e científica. O universo consensual é fruto do informal e das conversas cotidianas, e o científico envolve a perspectiva teórica e hierárquica da academia (ARRUDA, 2002).

A proposta de universos consensuais trouxe novas formas de compreender a realidade construída cotidianamente, considerando que, sob tal perspectiva, todos somos sábios acerca de infinitos assuntos. Ao valorizar o conhecimento do senso comum (JODELET, 1989), a TRS contraria princípios colocados como tradicionais por alguns campos da ciência, na medida em que não legitima apenas a fala de detentores do conhecimento sobre determinado assunto, tampouco de sábios gabaritados e legitimados para tal discutirem temas de seu domínio. Compreendemos, assim, o saber consensual como fundamental para o saber científico e vice-versa, sendo incompatível moldá-los sob perspectivas antagônicas. Dessa forma, Moscovici (1978) questiona a “torre de marfim” construída sobre o conhecimento acadêmico, descortinando uma teoria que busca privilegiar o saber prático e comum como forma de valorização simbólica e histórica.

Para Moscovici (1978), a valorização do saber prático como meio para o estudo da realidade de sujeitos, grupos e sociedade representa uma tentativa de compreensão do mundo na perspectiva individual em que se criam representações a serem partilhadas ao nível social. Cavedon e Ferraz (2005, p.6) enfatizam que não há representação de forma isolada, pois elas são construídas e difundidas por meio da comunicação e da cooperação entre indivíduos, pois “ao serem criadas, acabam ganhando uma vida própria, circulam, encontram-se, atraem-se, repelem-se e abrem espaço para o surgimento de novas representações, enquanto outras, mais antigas, acabam desaparecendo”.

Os argumentos desenvolvidos por Moscovici (1978) permite compreender a TRS como estruturada em dois processos básicos: objetivação e ancoragem. A objetivação pode ser entendida como o processo de construção do objeto, ou seja, a transformação em algo concreto. A construção desse caminho é iniciada com a seleção e descontextualização de elementos, diminuindo o volume de informações sobre o que está sendo representado (ARRUDA, 2002). Posteriormente, fazem-se cortes baseados nas informações que o indivíduo detém, incorporando o “produto” mediante uma reconstrução a um núcleo que figure a representação. Sequencialmente, a partir de uma perspectiva de naturalização, a abstração é transformada em algo “material e tangível”. A ancoragem, por sua vez, representa as diferentes formas de dar sentido a determinado objeto a partir de elementos que facilitem a compreensão. Para Moscovici (1988), esse processo representa uma forma de classificar a realidade em categorias previamente conhecidas no qual se busca trazer o estranho para o contexto familiar.

As definições apresentadas até aqui compõem o que convencionou-se denominar a “grande teoria”, que deu origem a desdobramentos de outros pesquisadores que passaram a compor o campo (ARRUDA, 2002; JODELET, 2008; MARTINS-SILVA et al, 2016).

Para Martins-Silva et al. (2016), tais desdobramentos mostram-se compatíveis com a teoria geral de Serge Moscovici, porém permitiram a construção de complementaridades no sentido de elaborar descrições mais detalhadas de determinadas estruturas e seus funcionamentos. Ainda segundo os autores, os principais desdobramentos seriam os seguintes: (1) a abordagem centrada nos processos sociocognitivos por meio de estudo das estruturas das representações sociais; (2) a abordagem de ênfase sociológica, objetivando compreender condições de produção e circulação das representações; e, por fim, (3), a abordagem culturalista, aprofundando-se no estudo de processos de significação e significados que permitem a construção da realidade social dos sujeitos.

O presente artigo alinha-se à terceira perspectiva, na medida em que se debruça sobre os processos de construção e reconstrução da realidade organizacional, compreendendo tais fenômenos como profundamente imbricados à dimensão cultural. Essa concepção tem origem nas ideias de Denise Jodelet para a compreensão das representações sociais baseadas inicialmente em estudos sobre a loucura. Jodelet (1989) compartilha a visão das representações sociais como formas de construção e compartilhamento de conhecimento prático, todavia amplia a operacionalização das investigações sobre a TRS com base em três questões fundamentais: Quem sabe e de onde sabe? O que e como se sabe? Sobre o que sabe e com que efeito?

Tal abordagem culturalista, também denominada processual, lança luzes sobre processos interpretativos elaborados pelo grupo e como influenciam e são influenciados pelos mecanismos de produção e reprodução das representações (MARTINS-SILVA et al, 2016). Seu enfoque simbólico e sua orientação para o papel das representações nas práticas abrem caminhos importantes para a articulação teórica dessa perspectiva nos Estudos Organizacionais, na medida em que as análises produzidas buscam desvendar a complexidade da construção simbólica da realidade humana (JODELET, 2008).

Por sua vez, a Economia Solidária (ES) surge como um fenômeno proveniente do campo de atuação prática dos indivíduos, desdobrando-se em três dimensões: política, econômica e científica. No âmbito político, a ES visa desenvolver-se por meio de políticas públicas que se traduzem em oportunidades para grupos invisíveis e marginalizados pelo capital (SINGER, 2002), que se identificam com os ideais do movimento para articulação de grupos e busca por oportunidades de desenvolvimento profissional, econômico e humano (RAKOPOULOS, 2014; VAILLANCOURT et al., 2006). No âmbito econômico, a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) inauguram postos de trabalho em inúmeros formatos traduzindo-se na geração de renda partindo da autogestão e solidarização de capital, como eixo norteador de suas ações (HELLY, BARSKY, FOXEN, 2003; LAFOREST, 2014). No âmbito científico, a ES se desenvolve mediante investigações que a compreendem como uma contraposição ao modelo econômico vigente, fundamentadas em raízes socialistas (SVENSON, 2014) no tocante à busca de condições mais igualitárias a seus grupos, mas que luta pela sobrevivência em um cenário capitalista, gerando assim tensões discutidas em inúmeras pautas de investigações, explorando a ação e comportamento dos sujeitos, as formas de gestão, o impacto gerado pelas relações solidárias e a luta por sobrevivência tanto do movimento da ES quanto dos EES diante dos inúmeros desafios (LAVILLE, 2003; YAMASHITA, 2013). Conforme destacado por Singer (2002), a ES se molda como forma de interpretação de uma “outra economia” pautada na cooperação dos sujeitos articulados em empreendimentos econômicos na busca de identidade e visibilidade. Alcântara (2005) alimenta a concepção de “reencaixe identitário” ao acreditar que o movimento resgata o ser humano considerado distante das opções padronizadas pelo mercado. Considerando então esse resgate em relação à atuação dos sujeitos, valorização de suas práticas particulares de desenvolvimento do trabalho e enaltecimento do saber prático produzido, entende-se que a articulação entre a TRS e a ES pode contribuir ao trazer para o campo de EO investigações fundamentadas em diretrizes para além da performance

organizacional, em uma compreensão essencialmente calcada em dimensões históricas e culturais, emersas do cotidiano dos sujeitos, descortinando as formas de construção e reconstrução de suas realidades sociais. Ao evidenciar fenômenos normalmente desprezados pelas teorizações convencionais, como a própria noção de senso comum (que se configura como a própria fundação sobre a qual se constrói a TRS), essa articulação teórica permite compreender a dinâmica dessa construção social (que está sempre em processo) pela experiência dos sujeitos, na produção de significados norteadores de suas práticas cotidianas.

O entendimento de representações e práticas no prisma de experiências sociais permite tecer argumentos para tentar compreender o indivíduo pelo seu olhar e por sua interpretação de mundo. Figueiredo, Cavedon e Silva (2013) sinalizam que a TRS vem sendo alvo de inúmeras pesquisas no campo dos EO a partir de análises como o contexto cultural das organizações, as práticas sociais em prol de estratégias organizacionais, construções e estratégias discursivas e identidade de indivíduos e grupos. Para Silva, Carrieri e Junquillo (2011), como as organizações são permeadas por um conjunto de práticas macro e micro-sociais, a análise pela lente das representações sociais permite uma aproximação entre as perspectivas individuais de construção do cotidiano, visto que o indivíduo está inserido em grupos e em vários contextos sociais. De forma paralela, a articulação da TRS à ES, permite ampliar a densidade de investigações, pois, como salientado por Oliveira et al. (2017), organizações de caráter cooperativo e associativo configuram-se como ricos espaços para entendimento da realidade dos trabalhadores, tornando possível entender particularidades na realização do trabalho construídas e desconstruídas no discurso proveniente da ótica de seus praticantes.

3. TRABALHO ARTESANAL: DISCUTINDO CONCEITOS E RESSIGNIFICAÇÕES

Remontando a seu significado etimológico, a palavra trabalho é derivada da palavra *tripalium* ou *tripalus*, que correspondia a uma ferramenta utilizada para mobilizar as patas de bois e cavalos para receberem as ferraduras. Curiosamente, este também era o nome de um objeto utilizado para a tortura de presos e escravos. Assim, surgiu o verbo *tripaliarie*, que consistia na forma de submeter uma pessoa ao *tripalium* (OLIVERO, 2003).

Essa visão de origem latina sobre o trabalho, largamente influenciada pela tradição católica, afeta negativamente a concepção do trabalho duro, diferentemente da concepção anglo-saxã (protestante), que admite o trabalho como único caminho à salvação (DAMATTA, 1986). Nesse contexto, a noção de artesanato, que compreende o artesão enquanto naturalizado com a arte ou habilidade de exercer determinada função, produzindo algo com as mãos (BECKER, 1978), pode ser ressignificada, representando, ora um árduo castigo, ora uma atividade recompensadora.

O artesanato, simultaneamente traduzido em conceito e prática, pode ser considerado metáfora do fazer humano corporal, moral e afetivamente engajado. Ao mesmo tempo, em oposição a uma produção industrial, massificada e segmentada, pode representar, sob determinadas óticas, um processo produtivo desqualificado, arcaico (DAVEL; FISCHER; CAVEDON, 2012). Por outro lado, no campo das chamadas belas artes, o artesanato pode ser considerado um “primo pobre”, uma forma de arte inferior (FIGUEIREDO; MARQUESAN; 2014), sujeita, para além da estética, aos ditames da funcionalidade.

Não obstante, o conceito tradicionalmente utilizado de artesanato compreende-o como expressão cultural humana dotada de determinadas características. Adotamos aqui, fundamentados nas contribuições de Senett (2008), autor de origem estadunidense, e, portanto, influenciado pela visão anglo-saxã sobre trabalho, a compreensão do artesanato como algo produzido pelo trabalho manual, pela mão inteligente do ser humano com uso articulado da mão e da cabeça para a construção de formas. Na visão do autor, o artesanato somente é

possível com a articulação do trabalho ao ferramental adequado por meio de uma aptidão de alto grau, entendida como a habilidade para a função. Senett (2008) destaca, ainda, que a habilidade artesanal visa a uma busca constante por qualidade no tocante a fazer o trabalho bem feito motivação pelo trabalho. Esse “fazer bem feito” é fruto então não do trabalho institucionalizado, mas do aprendizado gradual e do hábito. Assim, para além da mera aquisição de habilidade, o trabalho artesanal representa um diálogo constante entre pensar e fazer, o controle do artesão sobre o processo criativo e produtivo (SENNETT, 2008).

Em contexto não somente brasileiro, como também global, pode-se dizer que o artesanato é um campo de disputas simbólicas e materiais. Por um lado, o processo artesanal está tradicionalmente ligado à produção manual de peças únicas, que não se alinham à padronização por motivos diversos, como variações no estilo do artesão ou no material utilizado (MAZZA; IPIRANGA; FREITAS, 2007). Contudo, essas e outras peculiaridades que permeiam o fazer artesanal destoam dos modos de produção característicos do capitalismo contemporâneo, os quais se encontram profundamente imbricados em uma ideologia que propugna massificação, eficiência e padronização.

Nesse sentido, várias discussões vêm destacando a necessidade de inserção de artesãos no mercado formal de trabalho. Assim, se Martins (1973) já destacava as dificuldades do trabalho artesanal em termos da informalidade, Marquesan e Figueiredo (2014) argumentam que a inserção desses trabalhadores no dito mercado formal é, muitas vezes, marcada pela empresarização e gerencialismo, em uma lógica que busca transformar artesãos em empreendedores, massificando técnicas e produtos, afastando muitas vezes a atividade artesanal do padrão estético e funcional tradicionalmente dela definidores.

Sendo assim, como, muitas vezes, invisibiliza condições injustas e desiguais de trabalho, a lógica atual de relação da sociedade com o trabalho artesanal traz à tona a perspectiva de divisão social do trabalho. Na visão de Silva (2015), por exemplo, que desenvolveu seu estudo com artesãs componentes de uma cooperativa de arte e artesanato popular gaúcha, muitos destes profissionais são expostos a uma dupla exclusão, visto que grande parte destas atividades são realizadas por mulheres que realizam um trabalho desarticulado da lógica capitalista de produção em massa (SILVA, 2015).

Na visão de Becker (1974), a articulação de grupos em redes de cooperação permite a ligação de grupos de familiares ou não, sendo estas relações essenciais para o amplo trabalho de sensibilidade dos trabalhadores vinculados a atividades que demandam a arte para a “entrega” do produto final. Contudo, Senett (2008) afirma que essa própria lógica da cooperação, em oposição à competição normalmente privilegiada pelo sistema econômico e político hegemônico na contemporaneidade, pode dificultar a execução do trabalho, que, em determinados momentos, é conduzida para o bem da comunidade e, em outros, direcionada pela competição individual, comprometendo a qualidade do produto.

Contudo, em que pesem os argumentos acima explicitados, é importante lembrar que o artesanato, enquanto expressão humana, representa uma forma de construção da identidade de um grupo, transformando tal identidade em estilo de vida a partir da manifestação de valores e da própria cultura (MAZZA; IPIRANGA; FREITAS, 2007). Nesse sentido, esses embates e disputas estão presentes no cotidiano do fazer artesanal, como pano de fundo das problemáticas enfrentadas pelos sujeitos pesquisados para este estudo.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser caracterizada como de caráter qualitativo e é subsidiada pelo caráter interpretativista na fundamentação da análise. Justificamos a lente escolhida uma vez que há um movimento de diversos pesquisadores no campo dos EO que tencionam ultrapassar as diretrizes funcionais de análise, permitindo lançar luz sobre elementos muitas vezes negligenciados e que muito podem revelar sobre o cotidiano organizacional, práticas

de gestão e comportamentos, bem como levar a reflexões mais coerentes da vida humana a partir de processos simbólicos (MORGAN; FROST; PONDY, 1983; TURNER, 1990).

A coleta de dados foi estruturada pela triangulação das seguintes técnicas: 1) a observação não participante de inspiração etnográfica; 2) a entrevista; e 3) a pesquisa documental. As técnicas são explicitadas a seguir.

A observação não participante tornou-se possível ao passo que o pesquisador se inseriu no cotidiano do CCES vivenciando a realidade enfrentada pelo grupo durante quatro meses, partilhando dos momentos enfrentados em 4 encontros de aproximadamente 5 horas cada, observando suas emoções e sentimentos na realização do trabalho atuando como espectador para a coleta de dados (BARLEY, 1996). A inspiração etnográfica justifica-se uma vez que se buscou desenvolver esta pesquisa sob a ótica do estranhamento alicerçado no cotidiano do “nativo”, para então construir-se uma análise criteriosa sobre a vivência em campo. De acordo com Yanow (2012), pesquisas de cunho etnográfico nas organizações permitem criar possibilidades para sentir o campo mediante a compreensão de elementos como a linguagem, dos atos das interações e das “coisas” que realizamos, sem a prisão a determinadas ferramentas ou métodos. O caráter não participante se deu por tratar-se de uma primeira aproximação com o grupo, especialmente com o objetivo de conhecer a dinâmica e criar os primeiros laços com os sujeitos de pesquisa. Cabe ressaltar que foram produzidos diários de campo ao final de cada observação no intuito de relatar de forma elaborada e visando à alta riqueza de informações não somente o observado em campo, mas também os sentimentos, as emoções e percepções do grupo e do pesquisador em um amplo processo de leitura e releitura dos dados, já que como relatado por Goldman (2003, p.469, “o ato de escrever modifica aquele que escreve”.

As entrevistas foram realizadas com as três mulheres que trabalham no CCES. O critério de seleção reside no fato de essas três mulheres serem as únicas que trabalham regularmente, de segunda-feira a sábado, no local, perfazendo um revezamento de horários durante a semana. As entrevistas tiveram caráter semiestruturado, todavia optamos por trabalhar apenas com categorias a priori que surgiram do delineamento teórico. O caráter semiestruturado da entrevista permitiu aproveitar com maior densidade opiniões concatenadas a outros temas que direta ou indiretamente estavam ligadas às categorias de análise.

Além das entrevistas e observações, foi empreendido um levantamento documental em materiais da Prefeitura Municipal de Cariacica-ES, como atas de reuniões e anotações. Tais materiais foram consultados no intuito de fundamentar a análise a respeito do histórico, da dinâmica organizacional e da atual abrangência do projeto.

As categorias adotadas foram: 1) a economia solidária; 2) o trabalho; e 3) o artesanato, emersas do quadro teórico e complementadas com a “fala” pulsante do campo. A análise dos dados está embasada na técnica conhecida como análise de conteúdo do tipo direta conforme definido por Rossi, Serralvo e João (2014). Nessa vertente, permite-se criar conceitos-chave ou categorias iniciais com fundamento em estudos anteriores, pois acreditamos que, dado a temática ainda em construção dos conceitos discutidos, a proposta levantada permite acrescentar uma nova forma de analisar tais empreendimentos, apoiando-se nos pressupostos surgidos a partir da análise interpretativista.

5. RESULTADOS

5.1. A HISTÓRIA CRIADA, A TRAJETÓRIA CONTADA E A ATUALIDADE

[...] Então, na verdade isso começa com a comunidade né, por falta de oportunidade para comercializar aquilo que a gente produzia. Aí a gente tinha feito uma experiência na comunidade, foi uma época em que a gente teve a Assistente Social lá. Aí não deu muito certo porque lá na periferia, longe de tudo e todos, não conseguia fazer o que a gente queria fazer lá. Aí surgiu essa oportunidade de escrever o projeto para a

SENAES, a prefeitura que escreveu né, na verdade. Aí a gente graças a Deus conseguiu aprovar. Há muito tempo, né, porque esse projeto não é de agora e só agora em agosto do ano passado que conseguimos colocar em prática o centro público de Cariacica, mas ainda está com um monte de limitação [...] então aí demorou muito pra conseguir sair o recurso porque as coisas são muito burocráticas, demoram demais. Aí depois mudou a administração do município, aí até que foi tomar pé, foi nomear secretário. Aí só no ano passado graças a Deus o centro público conseguiu ser aberto. (Artesã 2)

BBR
15,5

482

A fala apresentada no início desta seção compõe-se do relato de uma das artesãs entrevistadas, que destaca, com ampla riqueza de detalhes, como e por quais motivos iniciou-se o CCES. Como pode ser notado, a comunidade já produzia inúmeros produtos e, por diversos motivos, como a localização periférica em relação ao centro e por “falta de oportunidade”, esses produtos não eram comercializados. A fala da artesã revela que foi necessária a intervenção de um agente externo — no caso uma Assistente Social — para elaboração e envio do projeto que, por razões burocráticas da prefeitura municipal, passou por dificuldades para ter seu início. Nota-se que a proposta inicial do empreendimento surge como uma demanda da própria comunidade sendo materializado graças à intervenção do poder público local em parceria com o governo federal via SENAES

Em 19 de agosto de 2014, inserido no Programa Bem Viver de Desenvolvimento da Economia Solidária a partir do convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego, o CCES é inaugurado como forma de atendimento a uma demanda histórica dos artesãos (MARQUES, 2015). Além do apoio em nível federal, a iniciativa tornou-se possível devido à articulação com a Política Municipal de Fomento e Desenvolvimento da Economia Solidária (CARIACICA, 2013).

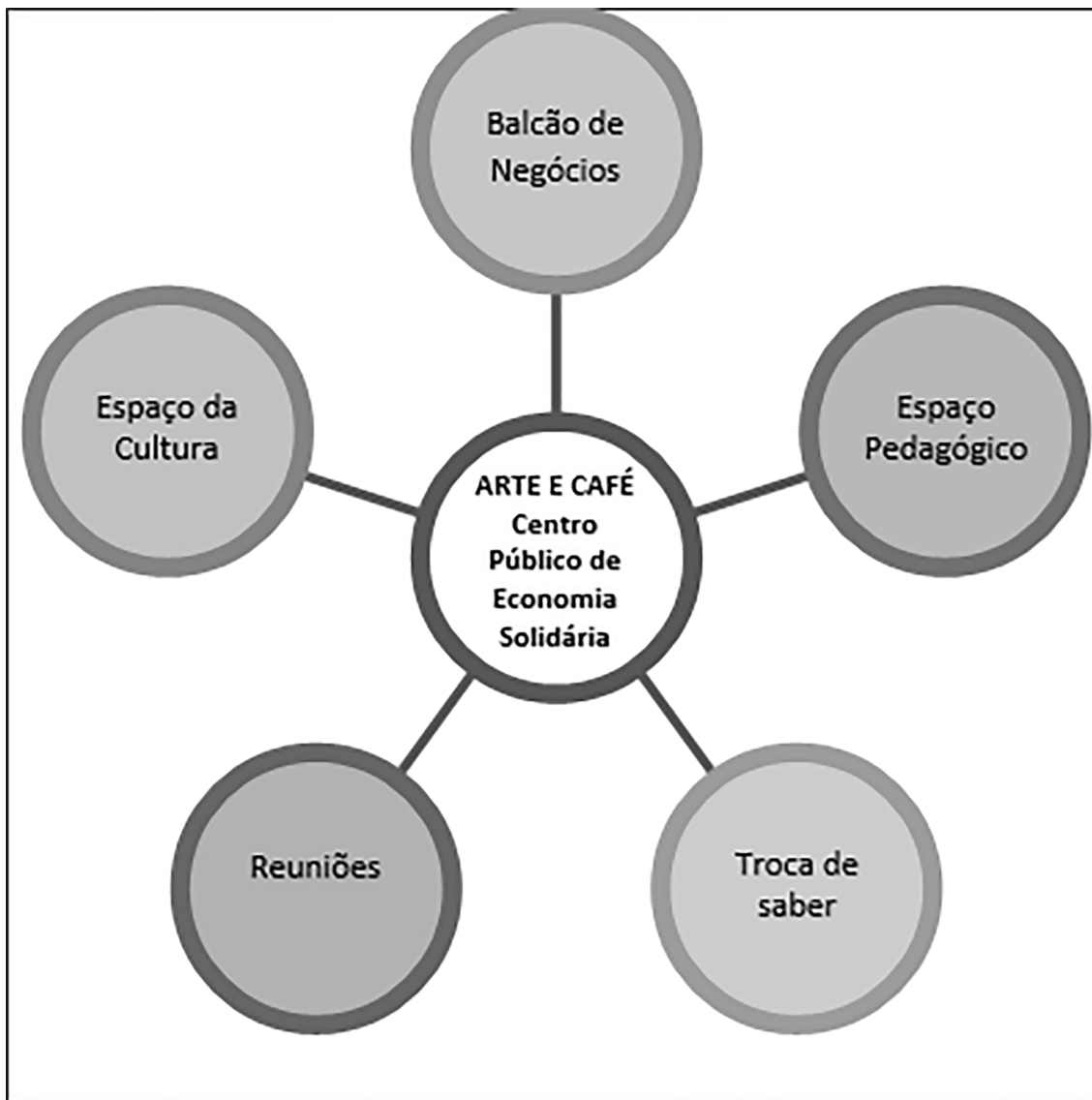
O espaço criado visa proporcionar condições de trabalho e renda a grupos de bairros considerados como periféricos pela prefeitura municipal, criando condições para apresentar o trabalho e discutirem formas de gerir o empreendimento. Pautado nos valores da economia solidária, o espaço preza pela união do grupo e solidarização das atividades e do capital. O CCES é descrito não somente como um local de compra e venda de artesanato e produtos alimentícios, mas ainda como uma possibilidade de aliar várias diretrizes, como enfatizado na Figura 1.

Esses eixos de forma estruturada, como apresentado, fazem parte da história contada e divulgada nos meios oficiais da prefeitura municipal fundamentos no propósito central do CCES. Todavia, a narrativa recorrente no discurso e na vivência do cotidiano no empreendimento evidencia-o de forma mais particularizada e menos ampla como descrita nos documentos oficiais. O histórico observado e descrito pelas entrevistadas reflete a constante luta por espaço de trabalho não somente no sentido de ter um espaço físico próprio, mas galgar visibilidade perante a sociedade local. Tal demanda faz parte de um longo processo de participação em grupos, feiras, assembleias e fóruns de discussão sobre articulação da economia solidária, bem como em reuniões com vereadores e, principalmente, com candidatos a cargos públicos.

A linha histórica até a criação e funcionamento do CCES é entendida como a “realização de um sonho”, conforme relatado por uma entrevistada. O repertório simbólico o qual envolve o sonho que se realiza remete à materialização das propostas que, a princípio, pareciam não tomar forma, tampouco fazer parte da realidade delas. Assim, com a inauguração do empreendimento, as envolvidas começam a compreender de forma gradual a proposta de cada um dos eixos desenvolvidos para o projeto.

Atualmente, dadas as inúmeras possibilidades alicerçadas para a continuidade do trabalho, o espaço congrega a exposição da produção de vários grupos e não somente do artesanato e da cafeteria. A proposta em voga possibilita a articulação e a visibilidade de

Figura 1. Diretrizes CCES.



Fonte: Desenvolvido pelos autores a partir de Prefeitura Municipal de Cariacica (2015).

Quadro 1. Atividades Produtivas.

Atividade Produtiva	Grupo	Atividade produtiva Principal
Artesanato	Mar e Sol	Artesanato de conchas
	Associação Costumes Artes	Artesanato da fibra de bananeira
	CAPs Cidade (Centro de Atenção Psicossocial)	Artesanatos envolvendo pintura, chaveiros de retalhos e botões de roupas, quadros de material reciclável, dentre outros confeccionados por pessoas com transtorno mental
	CAPs Moxuara (Centro de Atenção Psicossocial) APROAC (Associação de Produtores de Artesanato de Cariacica)	Artesanato em geral a partir de artesanato individuais
Agroindústria Familiar	7 M – Mulheres Rurais	Alimentos derivados de banana (doces, bombom, banana chips, dentre outros)
	Grupo de Agricultura Familiar	Fabricação de biscoitos, doces e bolos artesanais
	Apiário Moxuara	Extração do mel e seus derivados
Cafeteria	Projeto Alimentações	Pautado na segurança alimentar - Fabricação dos produtos envolvidos na cafeteria como café moído, cappuccino, salgados e, sanduíches naturais, sucos detox, sucos naturais, dentre outros.

Fonte: Elaborado pelos autores.

aproximadamente 60 artesãos inseridos em três eixos de atividades principais: artesanato, agroindústria e cafeteria. Os grupos envolvidos em cada uma dessas atividades são apresentados no Quadro 1.

BBR
15,5

5.2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONFIANÇA, RISCO E VIDA EM PLENITUDE

484

A economia solidária é compreendida pelas entrevistadas a partir de um eixo norteador que a concebe como meio de salvação para as dificuldades enfrentadas. Em todos os espaços do CCES, é visível o reforço visual criado sobre o movimento, com banners explicativos. A placa de entrada no qual está exposto o nome “Arte e Café” é composta logo em seguida da definição “Centro Público de Comercialização da Economia Solidária”. Tal reforço visual é produzido em função dos relatos das artesãs entrevistadas que permeiam a noção da economia solidária como meio de partilha e solidariedade, como observado nas falas:

(...) porque na verdade a economia solidária existe desde que o mundo é mundo. Aquela partilha né, a troca né. Na época lá de Jesus, aquela época lá, antes de Jesus, tinha aquele negócio de trocar, você trocava a ovelha pela verdura, a lã pela.... isso já era a economia solidária, só que não tinha esse nome. Porque antes de existir moeda tinha que existir um jeito de você comercializar. (Artesã 1)

(...) a economia solidária é, nesse sentido, um ajudar o outro, todo mundo produz, coloca tudo em comum no mesmo espaço e a gente vende. (Artesã 2)

Notamos, nas falas de campo, a visível preocupação que as artesãs tinham em relatar o entendimento da economia solidária não somente como meio de partilha e de ajuda, mas ainda como forma de confiança. Tal confiança está representada em três pilares: Deus, as artesãs que ficam no CCES e os demais artesãos. Inicialmente, a confiança em Deus é notória, a partir da sentença que inicialmente soava como um vício de linguagem, ao passo que ao final ou começo de frase as artesãs usavam a expressão “graças a Deus”. Todavia, ao compreender o simbolismo envolvido nas falas das artesãs, que vai além da mera frequência desses termos, percebemos que grande parte do grupo está ligada a uma base religiosa, principalmente católica, e entendem a economia solidária como uma alternativa possibilitada por graça divina. A Cáritas (entidade religiosa de promoção e atuação social) atualmente configura-se como um dos grandes articuladores da economia solidária no Brasil e pode, ainda que indiretamente, ser vista como fomentadora do movimento, disseminando o referido imaginário atrelado a Deus.

É interessante que tanto a figura simbólica da confiança quanto a que se remete à divindade representam movimentos os quais buscam ancorar a economia solidária à construção simbólica coletiva (MOSCOVICI, 1978) que se apropria do conhecimento comum (JODELET, 1989). A ancoragem, processo de formação e conformação das representações circulantes em determinado grupo, faz parte da produção e reprodução desses universos consensuais estabelecidos entre os pesquisados. Nesse sentido, é possível dizer que o processo de ancoragem da representação da ES como expressão da graça divina manifesta-se por meio da construção de noções ligadas ao senso comum com base em algo que já era familiar às entrevistadas: a narrativa cristã. Tem-se, assim, a construção conjunta de saberes consensuais, os quais orientam a ação dos sujeitos, em processo simbólico e entendido como relacionado a dimensões culturais e históricas inerentes a esses sujeitos (JODELET, 2008).

A visão da confiança nas próprias artesãs é justificada uma vez que o formato de economia solidária adotada no CCES é estabelecido mediante o compartilhamento de um mesmo

espaço físico, no qual a venda propriamente dita é realizada apenas pelas três artesãs entrevistadas. Assim, essas artesãs comunicam a venda e realizam a distribuição do dinheiro arrecadado. Segundo elas, esse processo geraria pouca desconfiança, pois a maioria do grupo tem convicção de que todos pretendem o bem-estar e desenvolvimento conjunto.

Confiança seria, portanto, o significado central em torno do qual se constroem as representações da economia solidária circulantes no grupo, a base do universo consensual (ARRUDA, 2002) desses sujeitos, construído e reconstruído cotidianamente. Tal concepção mostra-se como fator fundamental para que o discurso criado e disseminado pela economia solidária seja compreendido como a melhor alternativa para as diferentes particularidades de cada grupo, mas que buscam o mesmo ideal.

Mesmo que a confiança seja vista como fator fundamental, a concepção da economia solidária como sinônimo de risco chama atenção no relato de uma das artesãs:

Se você não confiar no outro, você não faz nada não (...) Você vive perigosamente você tem que arriscar. Ou você se arrisca ou você se encolhe e não consegue nada. É melhor arriscar para ver o que é que dá, do que você ficar lá quietinho no seu canto envelhecendo à toa. Vendo a banda passar (risos). Mexer com economia solidária é um risco bom, mas não deixa de ser um risco. (Artesã 2)

O risco, no discurso da artesã 2, é atrelado à noção de “vida perigosa” evidenciando assim uma percepção da economia solidária para além de definições comumente ligadas à solidariedade e ajuda. Tal perspectiva possibilita entender que o histórico vivenciado pelo grupo pode não ter sido com os melhores resultados ao longo dos anos, levando à crença de que o investimento realizado represente algo ainda contestável pelas artesãs. Todavia, a percepção do “risco bom” enfatiza que elas estão dispostas a enfrentá-lo.

Visto de forma necessária, o risco é atenuado por uma ideia de “positividade”. O discurso da artesã vista pelas demais como a “líder” do grupo revela o quanto a participação em inúmeros espaços voltados para a articulação da economia solidária permitiu a sua representação, de forma densa, valorizando elementos presentes no quadro teórico:

Eu tenho um sentimento de ser, assim, a oportunidade para as pessoas que ficaram fora do processo de desenvolvimento econômico, social e cultural que possam ser incluídas porque é uma oportunidade né, além dos grandes que quebraram do capitalismo, poder se juntar e criar suas empresas de autogestão, o pequeno também tem oportunidade e é uma política pública se bem construída, se bem consolidado e se bem executado é dar oportunidade pra todo mundo e faz também com que a cidadania das pessoas realmente aconteça. As pessoas passam a ser mais desalienadas de ficar esperando. A autogestão é uma coisa muito boa. Mas ela precisa ser mais apropriada por todos. Porque a pessoa ficar naquela dependência do que o outro vai fazer, eu acho que é muito triste, então eu acho que a gente precisa ser mais autônomo, ser mais livres, e a economia solidária nos dá essa liberdade. Trabalhar, fazer o nosso horário, cuidar da nossa família, cuidar das nossas coisas e viver plenamente a vida né?! (Artesã 3)

O discurso da artesã 3 traz elementos frequentemente preconizados nas obras e exposições de Paul Singer contestando o avanço do capitalismo. Todavia, o relato apresentado pela artesã amplia tais definições, pois a representação do movimento é vista como uma filosofia de vida, permitindo à artesã enxergar não apenas uma forma de trabalho, mas também uma possibilidade de aproveitar ao máximo a vida.

Ao passo que desvendávamos as representações sobre a economia solidária circulantes no grupo, notamos como o espaço físico da iniciativa era representado simbolicamente para cada artesã, para além de uma simples estrutura física. A participação no cotidiano do grupo permitiu entender que o espaço representava, ao mesmo tempo, a realização do sonho e uma decepção.

A realização do sonho é visível não somente no discurso das artesãs, mas na forma como cada uma cuida do espaço físico. A preocupação com os detalhes ao expor o produto, a forma de atendimento aos clientes e o planejamento que detalharam, evidenciam que o sonho planejado está se cumprindo aos poucos. Cada ação executada diariamente faz parte do planejamento que almejavam desde as primeiras conversas para a criação do espaço. Todavia, a dualidade que faz o grupo se sentir decepcionado pode ser compreendida com base no discurso de uma das artesãs sobre a representação do CCES:

(...) a realização de um sonho de todos os produtores de economia solidária do município e ao mesmo tempo uma decepção porque a gente achava que quando estivesse em um espaço como esse, que toda população realmente viria, que a gente teria umas vendas consolidadas, e as vendas ainda estão muito baixas, né (...) (Artesã 3).

A frustração recai pela necessidade de rentabilidade momentânea com as vendas que, segundo as entrevistadas, não estão acontecendo, principalmente no que tange ao artesanato produzido que fica por muitos períodos nas prateleiras. Durante os momentos de observação, o pesquisador em campo percebeu que as poucas pessoas frequentadoras do espaço dizem achar os produtos interessantes, mas um número menor ainda chega a comprá-los. A maioria dos frequentadores prefere o consumo dos produtos da cafeteria e os produtos da agroindústria.

O espaço também representa uma frustração, pois, segundo as entrevistadas, a sua localização não facilita a visibilidade para a comunidade de Cariacica. Ainda que esteja na avenida principal da cidade, esta não possui faixa de pedestre ou sinal de trânsito nas proximidades do CCES. Tal percepção dita pelas artesãs contrasta com a falta de compreensão da comunidade local sobre o que realmente representa aquele espaço físico. Para as artesãs, essa incompreensão é derivada da falta de “cultura” local em consumir o artesanato, pela justificativa de preço alto, pela desvalorização do próprio artesanato e alimentada pela dificuldade de acesso ao espaço.

Essa representação encontra eco em outros estudos que abordam a produção artesanal, como os de Mazza, Ipiranga e Freitas (2007) e Silva (2015), que destacam o fazer artesanal enquanto prática desconectada das lógicas capitalistas de produção. Essa desconexão, que se dá do ponto de vista do processo produtivo (produção que escapa aos preceitos industriais de produtividade e eficiência) mas também da própria lógica inerente aos propósitos organizacionais (foco em outros tipos de resultados que não necessariamente o lucro) pode se dar também em relação às representações e expectativas circulantes entre os clientes, que muitas vezes podem achar o produto demasiadamente caro, se comparado à profusão de objetos produzidos em condições industriais, padronizados, vendidos em qualquer esquina. Esses hábitos de compra, altamente difundidos em sociedades capitalistas pós-industriais, pode ser associado ao que a artesã chama de falta de cultura para consumo de artesanato.

Tais representações sobre o empreendimento, que gravitam entre a realização de um sonho e um cenário decepcionante, permitem confrontar construções simbólicas ambíguas que convivem em uma realidade organizacional complexa, sem que uma se sobressaia à outra, visão possibilitada pela perspectiva culturalista da TRS adotada neste artigo. Tais complexidades são inerentes à dinâmica social e organizacional, que enseja significados ora

positivos, ora negativos, sobre um mesmo fenômeno – neste caso, a realização do empreendimento de economia solidária. A riqueza do universo simbólico organizacional é composta dessas representações, e torna-se fundamental compreender que o cotidiano é repleto de significações aparentemente contraditórias, mas que, pelos relatos dos entrevistados, dão sentido à vida organizacional.

5.4. O CONSTANTE TRABALHO DE “PSICÓLOGO”

A representação do trabalho pelo grupo distancia-se da visão torturante preconizada por Olivero (2003), mas não deixa de ser representada com dificuldades pelo grupo. A rotina que observamos permite acreditar que o trabalho corriqueiro e rotinizado não pode ser considerado como institucionalizado, uma vez que, a cada momento, as artesãs executam atividades diferentes. Como cada uma trabalha durante dois dias na semana, elas devem executar desde as atividades da cafeteria, até a venda e o embrulho do artesanato. Esse processo, que é artesanal em todas as etapas, permite a realização da tarefa ao mesmo tempo em que se conversa e interage com os clientes. A visão do trabalho está intimamente ligada à noção do próprio artesanato desenvolvido, a partir do trabalho manual, personalizado, como meio de diálogo e sustentado pela divisão das tarefas.

O diálogo é visto por uma das artesãs como forma fundamental para a realização do trabalho; todavia este assume uma definição diferente das atividades do artesão, conforme salientado no discurso sobre a representação do trabalho:

Eu acho muito importante porque mesmo que a gente não tenha a frequência de público que a gente gostaria que tivesse, as pessoas que vêm aqui vêm por algo a mais (...). Não é um espaço qualquer, as pessoas vêm aqui e se sentem bem de estar aqui, as coisas que têm aqui eles não acham em lugar nenhum, principalmente a acolhida. As pessoas chegam, falam de sua vida pessoal, parece até que a gente é psicólogo. Tem dia de tanta coisa que a gente ouve das pessoas e aquela tranquilidade de estar falando com a gente e a gente não vai estar falando com ninguém, da sua dor, dos seus sentimentos. Um espaço que as pessoas confiam em quem está aqui. (...). Então se tem um lugar que você chega, você pode sentar, é um oásis. Como se você está no deserto e tivesse uma sombra onde você pode sentar, deitar e repousar a sua cabeça (Artesã 3).

A visão da artesã relata a valorização do espaço como forma de representar o trabalho. Ao relatar a possibilidade de busca de atenção por parte dos clientes, a artesã destaca que o diálogo é ferramenta fundamental para manutenção da atividade. Entender o cliente, “dar uma água”, ouvir e guardar o que foi ouvido, passa a compreender o trabalho similar às atividades exercidas por um psicólogo, na concepção da entrevistada. Essa possibilidade, além de inaugurar um novo desdobramento sobre o trabalho do artesão traz à tona a necessidade de esse profissional não padronizar somente os produtos feitos, mas também as relações com clientes.

É possível, nesse sentido, traçar paralelos de tais aspectos com os achados de Fantinel, Cavedon e Fischer (2014), que relacionam organizações como as cafeterias a organizações de consumo artesanal, as quais comercializam produtos de qualidade com a manutenção de práticas tradicionais de produção, inserindo-se em contextos criativos e gerando espaços de sociabilidade. Assim, a compreensão de espaços organizacionais como locais de consumo e de sociabilidade não apenas entre clientes, mas ainda entre clientes e funcionários, em movimentos que concebem, ao mesmo tempo, proximidade e distanciamento entre os envolvidos, evidenciam características organizacionais que se traduzem em desafios à gestão (FANTINEL; CAVEDON; FISCHER, 2014).

Durante as entrevistas, as artesãs destacam constantemente os problemas que encontram diariamente na execução do trabalho. Ao passo que as representações sobre o trabalho foram sendo tecidas nas palavras das artesãs, os problemas de gestão do empreendimento ocuparam lugar quase que central no discurso e no cotidiano das ações. A observação realizada no empreendimento permitiu visualizar problemas ligados ao marketing, produção e à contabilidade. No campo do marketing, as estratégias para esse fim se resumem à divulgação boca a boca e divulgação dos preços afixados nas paredes com cartazes em formatos de balão e escritos a canetinha, porém a maioria já está desbotada pelo sol. Pelos comentários, vê-se que a demanda por divulgação se torna constante:

(...) divulgação é muito importante porque a propaganda é a alma do negócio, então o nosso empreendimento não tem como sair por aí fazendo propaganda tem que ser cada um falando, então a gente pede para as pessoas virem aqui para ajudar a divulgar, né. (Artesã 2)

Falta divulgação, nossa! Falta também divulgação desse povo que não entende. Aí agora a gente vai fazer uma divulgação com folheto (Artesã 3)

A particularidade na gestão do empreendimento solidário é traduzida no discurso da artesã 2, para a qual essa dificuldade é resolvida pela divulgação boca a boca por parte dos clientes e por parte das próprias artesãs como expresso no discurso da artesã 3.

A dificuldade na gestão da produção dos produtos também é vista como um problema ainda nebuloso por parte dos artesãos. A gestão do estoque e venda do artesanato é facilitada, pois a demanda ainda é baixa e praticamente não se formam grandes estoques. Por outro lado, a cafeteria enfrenta problemas na gestão dos custos de produção e preço de venda conforme mencionado por uma das artesãs:

(...) a gente fez a conta e viu que a gente tava perdendo (...) a gente tava pagando para fazer o sanduíche. (...) (Artesã 1).

A dificuldade na compreensão dos custos de produção fez com que o grupo atuasse com uma margem de prejuízo durante muito tempo. Tal dificuldade se reflete diretamente no baixo volume de receitas e no baixo volume de vendas, justificando por um lado a insatisfação apontada pelas artesãs.

A relação com a contabilidade configura um misto de profissionalismo com improvisado. Na primeira observação que realizamos no empreendimento, tivemos a oportunidade de presenciar a organização e prestação de contas do mês. Em uma mesa ao canto do CCES, uma das artesãs fazia as contas com várias notas fiscais nas mãos e com uma caneta, um caderninho e um livro caixa. Uma funcionária da prefeitura auxiliava o processo. As outras duas artesãs trocavam constantemente o dinheiro nos “caixas” do espaço. Quando dizemos “os caixas”, aliás, estamos remetendo ao armazenamento de dinheiro distribuído em latas de leite em pó vazias, reutilizadas e destinadas ao armazenamento do dinheiro dos diferentes produtos na cafeteria. Segundo as artesãs, essa divisão nas latas facilita a distribuição ao final do mês. Ao passo que o dinheiro era trocado, a contabilidade caminhava para seu fim e, com o passar da tensão promovida pelo cálculo das contas, as artesãs se despedem carinhosamente com beijos no rosto, agradecimentos e abraços. A contabilidade diária também é feita de forma artesanal: não há calculadoras no espaço e as contas de consumo dos clientes são feitas com lápis e um pedaço de papel. Em uma das observações percebemos o próprio cliente auxiliando a realização da conta.

Além de todos esses problemas, a “crise” é vista como explicação para grande parte dos problemas da CCEs. Ao passo que as artesãs explicavam os problemas de gestão ou ao passo que no dia a dia, poucos clientes entravam no espaço, sempre ouvimos a explicação: - Isso é a crise! O que acreditamos se tratar da crise financeira, está presente na definição do próprio trabalho, uma vez que ao justificar a escolha por aquela atividade, as artesãs destacam que “na atual crise não encontrariam nada superior”. Tais falas estão de acordo com as discussões propostas por Marquesan e Figueiredo (2014), que expõem as dificuldades de inserção de artesãos no mercado formal de trabalho. Por outro lado, o baixo nível de consumo e a dificuldade de elaborar estratégias de gestão, também são creditadas à sombra da crise financeira enfrentada pelo país.

5.6. “O ARTESANATO É UMA TERAPIA”

A representação social circulante sobre o artesanato é iniciada pelo sorriso na face das artesãs. Em todas as observações, ao perceber a relação de cada uma delas ao explicar para um cliente ou para nós o que elas visualizam no artesanato, não podemos deixar de notar a alegria ao falar da função. A fala “o artesanato é uma terapia” tornou-se unânime nos discursos e nas ações das respondentes. A visão de terapia é compartilhada principalmente pelo ato de sentar, conversar e ir elaborando o produto. Durante o processo de elaboração do artesanato, as trabalhadoras destacam que cada uma expõe um problema ou uma felicidade ou qualquer outro assunto, o importante é o ato de desabafar sem perder o foco do produto. Notamos aqui, que independentemente do estado emocional, a preocupação em fazer um artesanato bem feito é constante. Uma das artesãs relata que “o artesão é invocado” e tudo que ele vê e chama atenção, ele quer fazer, independentemente de estar bem ou mal. Essa busca e insistência para produzir algo com as mãos representa uma espécie de fuga de qualquer problema vivenciado, transformando a insistência em motivação para realizar aquilo que foi encarado como um desafio para a artesã.

Ainda que tentássemos considerar moderadamente a emoção na compreensão do artesanato pelo grupo, nenhum dos discursos chamou mais atenção e despertou mais curiosidade do que o discurso da artesã 3:

Então, ele representa aquele que eu posso fazer alguma coisa, porque as coisas que eu faço ninguém nunca me ensinou (...) Então, aquele sentimento de criação de poder fazer, de ser algo diferente, as pessoas chegar, achar aquilo bonito, curtir aquela produção, dá uma certa realização. (...) E até porque a gente tira da natureza uma coisa que estava lá entulhando, até então ninguém viu aquilo como uma possibilidade de ser nada. E assim é todos nós. Embora você seja um estudante de doutorado muito bonito, mas dependendo de onde vocês está, você não tem a sensação de estar ali. Como um jornal dobrado, tem um monte de coisas em você mas que ninguém nunca viu e nem vai ver, porque do jeito cada dia fala menos como é que vai te conhecer? Às vezes nem seu sorriso vai conseguir ver. Eu vejo que os materiais recicláveis que eu pego para mim, que eu transformo é como eu mesma, dependendo do lugar que eu estou eu sou aquele nada na natureza (...) Então, a gente dá um significado novo às coisas que a gente vê, então é como alguém desse um significado novo à própria existência da gente. O artesanato significa isso para a gente, a arte de fazer viver alguma coisa que estava morta (Artesã 3, grifo próprio).

O discurso da artesã é carregado de várias representações sobre o artesanato, mas que refletem o estilo de vida preconizado por Senett (2008) sobre a noção de mão inteligente encabeçada pelo artesão. Nas definições do autor, a ligação de mão e cabeça é condição para que o artesão consiga expressar sua emoção e sentimento na elaboração do objeto. A

perspectiva de “poder fazer algo” traduz a constante dificuldade de inserção no mercado de trabalho como apontado por Silva (2015) em que as mulheres lutam por um espaço de reconhecimento. No CCES as mulheres em evidência encontram no artesanato essa possibilidade de visibilidade. A alusão ao “jornal dobrado” levantado pela artesã reforça ainda mais o argumento de que elas buscam visibilidade uma vez que vivem em um amplo processo de invisibilidade social e busca por reencaixe identitário (ALCÂNTARA, 2005).

Por outro lado, o artesanato é visto como uma forma de contribuição ao meio ambiente por reutilizar materiais recicláveis e possibilitar um novo significado a algo que estava sem utilidade ou sem vida e que é transformado pelas artesãs. A proposta levantada pela artesã reflete a importância delas como agente de mudança e preparação de algo para alguém. Para Mazza, Ipiranga e Freitas (2007), o artesanato, diferentemente do componente essencialmente estético que se espera de uma obra de arte convencional, é permeado pela noção de utilidade e funcionalidade do objeto. Constantemente, as artesãs destacam que os artesanatos que mais vendem são os que têm uma função específica como os porta-retratos, puxa-sacos e porta-revistas. Os artesanatos voltados para decoração obtêm menos volume de vendas, salvo os de conchinha que segundo as próprias artesãs vendem mais, pois são coloridos, e as pessoas buscam a felicidade nessa cor.

A representação sobre o artesanato, ancorada em dimensões históricas e culturais (JODELET, 2008), pauta as ações dos sujeitos no cotidiano organizacional e, ainda que não esconda a frustração pelo baixo volume de vendas, enaltece o discurso satisfatório das artesãs. Como apontado, a falta de “cultura” capixaba em consumir o produto, os problemas de gestão, a atual crise financeira vivenciada no país e o descrédito da comunidade local, não diminuem a satisfação de produzir algo com as próprias mãos e que representa algo carregado de emoções pelo design criado. A menção à terapia pode, de certa forma, explicar não só a continuidade do negócio, mas também a importância por estar em um formato diferenciado do convencional (a economia solidária).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise pautada na interpretação das representações sociais circulantes no contexto organizacional estudado permitiu compreender a existência de elementos particulares a empreendimentos de economia solidária, que merecem atenção especial. Compreender a ES a partir de reflexões funcionalistas ou das vertentes de análise ditas tradicionais limita suas perspectivas de compreensão da realidade organizacional. A abordagem teórica utilizada, além de possibilitar uma análise que inverte a lógica da produção de saberes sobre o cotidiano dos sujeitos, deslocando o foco para o ponto de vista das artesãs por meio das significações relacionadas ao senso comum, permite-nos compreender o universo simbólico e a realidade local, na perspectiva de quem convive diariamente com cada um dos problemas, mas com o bônus da satisfação pelo trabalho.

Conforme exposto por Matarazzo e Boeira (2016), entender os discursos de trabalhadores ligados à Economia Solidária faz parte de um processo de identificação de inúmeros espaços de tensões entre racionalidades substantivas e instrumentais carregadas de significados híbridos, fluidos e complexos, mas que convivem em um mesmo espaço. Tal perspectiva foi evidenciada neste estudo, na medida em que ambiguidades e contradições foram desvendadas e interpretadas à luz do cotidiano das artesãs pesquisadas. Acreditamos, assim, que um olhar externo poderia mascarar elementos vistos como essenciais para o cotidiano do grupo, como a tensão entre as representações de confiança e risco inerentes à prática da economia solidária, ou entre as representações de sonho realizado e decepção vinculados ao empreendimento.

Além disso, o olhar etnográfico adotado possibilitou, com base na vivência do cotidiano do grupo, compreender o valor dado à economia solidária e principalmente ao artesanato,

complementando as falas coletadas durante as entrevistas. Viver o ambiente, experienciar o cotidiano e degustar os produtos da cafeteria configuraram-se como elementos fundamentais não só para galgar inserção no campo, mas também para auxiliar no processo de deslocamento do olhar dos pesquisadores ao longo do processo de tratamento e interpretação dos dados, buscando sempre a perspectiva histórica e cultural inerente às representações circulantes (JODELET, 2008).

A articulação entre Economia Solidária e Teoria das Representações Sociais empreendida neste estudo contribui significativamente à produção de conhecimento no campo dos EO, já que valoriza o saber prático produzido pelos sujeitos como meio para o estudo de sua realidade (MOSCOVICI, 1978), em uma perspectiva que se desloca da discussão das grandes questões organizacionais, como racionalidade e instrumentalidade, e concentra-se no cotidiano das pessoas, em uma dimensão de análise encarnada, sedimentada em uma vivência que faz sentido para aqueles que produzem as práticas organizativas.

Nesse sentido, a contribuição se faz tanto no campo teórico quanto empírico. Do ponto de vista teórico, ocorre ao trazer à tona particularidades no modo de pensar e agir dos sujeitos, como a representação da economia solidária enquanto expressão da graça divina, fortemente ancorada nos conhecimentos consensuais prévios — nesse caso, de origem religiosa, dos grupos que acolheram essa perspectiva de desenvolvimento social. Essa, inclusive, é uma representação que merece novos estudos, buscando compreender de forma mais aprofundada a riqueza de tais aproximações entre o mundo dos negócios e o universo religioso.

Já do ponto de vista empírico, acreditamos que o estudo avança em seu caráter descritivo, ao evidenciar minúcias de um EES que podem ser vivenciadas por tantos outros empreendimentos que dependem de articulações entre os diversos setores da economia para sua sobrevivência. Nesse sentido, este estudo provê aos praticantes, sejam trabalhadores, gestores ou criadores e implementadores de políticas públicas, maiores informações sobre a operacionalização de empreendimentos que vivenciam dificuldades e problemas possivelmente semelhantes.

Sem o intuito de esgotar o assunto que aborde qualquer uma dessas temáticas, entende-se que a TRS ainda tem a contribuir ao campo dos EO, evidenciando dinâmicas organizacionais e suas transformações a partir da visão de quem vive o cotidiano organizacional. Dessa forma, partindo-se do princípio que os EES, enquanto formas organizativas dotadas de significados criados e recriados por trabalhadores, trazer à tona percepções sobre a solidariedade, formas particulares de gestão e de relações humanas pode nos levar ao entendimento mais particularizado não somente dos empreendimentos mas ainda da realidade de seus membros.

Por fim, destacamos que doses de café tanto em casa quanto no CCES tornaram-se essenciais para as reflexões que nos auxiliaram a constituir, de forma minuciosamente artesanal, as linhas tecidas neste artigo. O café, ainda que entendido como elemento periférico na representação das artesãs, permitiu alertar os sentidos para o laborioso processo de interpretação (e reinterpretção) devido à infinidade de elementos coletados e vivenciados no campo.

7. REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. Economia Solidária: o dilema da institucionalização. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.
- ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. Cadernos de Pesquisa, Nov. 2002, n.117, p.127-147.
- BARLEY, S. R. Technicians in the workplace: Ethnographic evidence for bringing work into organizational studies. Administrative Science Quarterly, p. 404-441, 1996.
- BECKER, H. S. Art as collective action. American Sociological Review, v. 39, n. 6, dec., p. 767-776, 1974.
- _____. Arts and crafts. The American Journal of Sociology, v. 83, n. 4, jan., p. 862-889, 1978.

- CARIACICA. Lei nº 5.079, de 01 de outubro de 2013. Institui a Política Cariaciquense de Desenvolvimento e Fomento à Economia Solidária. Disponível em: <http://www.legislacaoonline.com.br/cariacica/imagens/leis/html/L50792013.html>. Acesso em 23 de junho de 2015.
- CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. RAE-eletrônica, v. 4, n. 1, art. 14, p. 1-18, 2005.
- DAMATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DAVEL, E.; CAVEDON, N. R.; FISCHER, T. A vitalidade artesanal da gestão contemporânea. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 1, n. 3, p. 13-21, 2012.
- GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, v.46, n.2, 2003.
- JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.) Les représentations sociales. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61.
- JODELET, D. Social representations: The beautiful invention. Journal for the Theory of Social Behaviour, v. 38, n. 4, p. 411-430, 2008.
- FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R.; FISCHER, T. M. D. Produção de Significações do Espaço e Sociabilidade em um Café Artesanal de Salvador. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 1, n. 3, 2014.
- FIGUEIREDO, M. D. de; CAVEDON, N. R.; SILVA, A. R. L. A desvalorização de grupos sociais no espaço comum de pequenas organizações: um estudo sobre representações sociais em um centro comercial. Organizações & Sociedade, v. 20, n. 64, p. 55-73, 2013.
- FIGUEIREDO, M. D.; MARQUESAN, F. F. S. Artesanato, arte, design... por que isso importa aos Estudos Organizacionais? Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v.3, n.3, p. 127-143, set./dez. 2014.
- GAIGER, L. I. Eficiência. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina Brasil: 2009.
- GUIMARÃES, R. A.; FANTINEL, L. D. “A turma aqui gosta de ganhar”: representações sobre a pesca amadora embarcada no Iate Clube do Espírito Santo. Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 2, n. 4, p. 352-404, 2015.
- HELLY, Denise; BARSKY, Robert F.; FOXEN, Patricia. Social Cohesion and Cultural Plurality. The Canadian Journal of Sociology, v. 28, n. 1, p. 19-42, 2003.
- LAFOREST, R.. The Role of Ideas and Interests in Voluntary Sector Organizing: Some Insights from Canadian Scholarship. VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, Out., v. 25, Issue 5, p 1175-1191, 2014.
- LAVILLE, J. L. A New European Socioeconomic Perspective. Review of Social Economy, Sept, v.61, n.3, p.389-407, 2003.
- MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina Brasil: 2009.
- MARTINS-SILVA, P. de O.; SILVA JUNIOR, A. da.; PERONI, G. G. H.; MEDEIROS, C. P. de; VITÓRIA, N. O. de. Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, n. 4, 2016.
- MARQUES, M. Inaugurado primeiro centro público de economia solidária do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/inaugurado-primeiro-centro-publico-de-economia-solidaria-do-espírito-santo/>. Acesso em 23 de junho de 2015.
- MARQUESAN, F.; FIGUEIREDO, M. D. De artesão a empreendedor: a resignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. Revista de Administração Mackenzie, v. 15, n. 6, p. 76-97, 2014.
- MARTINS, S. Contribuição ao estudo científico do artesanato. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.
- MATARAZZO, G.; BOEIRA, S. L. Incubação de cooperativas populares: representações sociais e tensões entre racionalidades. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 1, p. 207-207, 2016.
- MAZZA, A. C. A.; IPIRANGA, A. S. R.; FREITAS, A. A. F. O design, a arte e o artesanato deslocando o centro. Cadernos EBAPE.BR, v. 5, n. 4, p. 1-11, 2007.
- MOSCOVICI, S. A Representação Social da Psicanálise. Zahar Editores, 1978. 291p.
- _____. Notes Towards a description of Social Representations. European Journal of Social Psychology, v.18, p.211-250, 1988.
- MORGAN, G.; FROST, P. J.; PONDY, L. R. Organizational symbolism. In: PONDY, L. R.; FROST, P. J.; MORGAN, G.; DANDRIDGE, T. C.(eds.). Organizational symbolism. Connecticut: Jay Press, 1983. p. 3-35.

- OLIVEIRA, D. R.; CORREA, F. T. D. S.; ANDRADE, D. C. T.; PASSADOR, J. L. Revista FSA, Teresina, v. 14, n. 1, art. 1, p. 03-29, jan./fev. 2017.
- OLIVERO, N. Y.V. El trabajo subjetivamente motivado en nuestra sociedad ocupada. In: CELIS, Juan Carlos (ed.). *Lecturas clásicas y actuales del trabajo*. Ediciones Escuela Nacional Sindical: 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. Arte e café - Centro Público de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/turismo/pontos-turisticos/arte-e-cafe-centro-publico-de-economia-solidaria/>. Acesso em 23 de junho de 2015.
- RAKOPOULOS, T. The crisis seen from below, within, and against: from solidarity economy to food distribution cooperatives in Greece. *Dialectical Anthropology*, v.38, n.2, p.189-207, 2014.
- ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; JOÃO, B. N. Análise de conteúdo. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 13, n. 4, p. 39-48, 2014.
- SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. Social representations: a revolutionary paradigm? In: SAMMUT, G.; ANDREOULI, E.; GASKELL, G.; VALSINER, J. (Eds.) *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge: University Printing House, 2015. p. 3-11.
- SARAIVA, L. A. S.; SOARES, C. B. A.; NATT, E. D. M. Representações sociais de relações de trabalho: um estudo com trabalhadores primarizados. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 1, p. 36-49, 2016.
- SENETT, R. *O Artífice*. Editora Record. Rio de Janeiro: 2008.
- SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. *Revista de Administração*, v. 46, n. 2, art. 2, p. 122-134, 2011.
- SILVA, M. A. Abordagem sobre trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres. *Educar em Revista*, Editora UFPR, Curitiba, n. 55, p. 247-260, jan./mar. 2015.
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2002.
- SVENSSON, C. F. "Making money is not an end in itself": creating meaning fulness among employees of social enterprises. *Antipoda*, n. 18, Bogotá, enero-abril, p. 241-255, 2014.
- TURNER, B. A. Introduction. In: TURNER, B. A. (Ed.) *Organizational Symbolism*. New York: De Gruyter, 1990. p. 1 - 11.
- YAMASHITA, J.. Citizen Participation or Low-Cost Care Providers? Welfare Non-profit Organisations in Japan. *Social Science Japan Journal*, v.16, n.1, p 45-62, 2013.
- VAILLANCOURT, Y.; AUBRY, F.; KEARNEY, M.; THÉRIAULT, L.; TREMBLAY, L.. La contribución de la economía social a las reformas de las políticas sociales en Canadá: una visión desde el Québec. *Revista Venezolana de Economía Social*, Año 6, n. 11, p.64-94, 2006.
- YANOW, D. Organizational ethnography between toolbox and world-making. *Journal of Organizational Ethnography*, vol. 1, n. 1, 2012, p. 31-42.